

RELAÇÃO ENTRE OS INDICADORES DO MODELO *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI) E A RENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE PAPEL CELULOSE LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Roque Samuel de Andrade (Unicentro) rqsamuel@gmail.com
Flavio Ribeiro (Unicentro) flavioribeiro@irati.unicentro.br

Resumo:

O objetivo da presente pesquisa consistiu se a relação entre os indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas do setor de papel e celulose listadas na BM&FBovespa durante os anos de 2009 a 2012. Trata-se de um estudo descritivo quanto aos objetivos, bibliográfico e documental em relação aos procedimentos, além, de possuir características quantitativas. Como técnica de análise dos dados foi utilizada a análise de correspondência múltipla. Os principais resultados indicam que as empresas do segmento de papel e celulose apresentam uma tendência a apresentar melhores resultados quando o nível de evidenciação é menor, sugerindo, que as empresas podem estar utilizando essa divulgação voluntária como forma de minimizar efeitos de baixos resultados.

Palavras-chave: Rentabilidade, Modelo GRI. Mercado de capitais.

RELATIONSHIP BETWEEN INDICATORS MODEL GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) AND PROFITABILITY OF PAPER PULP SEGMENT COMPANIES LISTED IN BM&FBOVESPA

Abstract

The aim of this research was the relationship between the Global Model indicators Reporting Initiative (GRI) and the profitability of companies in the paper and pulp sector listed on the BM&FBOVESPA during the years 2009 to 2012. This is a descriptive study about the goals, bibliographic and documentary regarding the procedures, in addition , to possess quantitative characteristics . As the data analysis technique was used multiple correspondence analysis. The main results indicate that companies in the paper and pulp have a tendency to have better results when the disclosure level is lower , suggesting that companies may be using this voluntary disclosure in order to minimize effects of low results.

Key-words: Profitability , Model GRI . Capital markets.

1 Introdução

Com o crescimento da importância dada mundialmente, às questões socioambientais, destaca-se, cada vez mais, a necessidade das organizações evidenciarem essas informações de forma consistente e confiável, para os diversos usuarios da contabilidade, o seu envolvimento no campo da Sustentabilidade, o que aumenta a relevância e a importancia dos balanços sociais e relatórios de sustentabilidade.

Embora publicação dos relatórios de sustentabilidade não possua caráter obrigatório, em muitos países, a elaboração deste instrumento vem crescendo a cada ano, por meio do seu apelo social.

Um dos modelos mais amplamente utilizados na divulgação das informações socio ambientais é o *Global Reporting Initiative* (GRI). O GRI nasceu em 1997, da iniciativa conjunta da organização não-governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economics* (CERES) e do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP - United Nations Environmental Programme). E tornou-se independente em 2002, é atualmente um centro de colaboração oficial do UNEP. Por ser uma organização independente, a GRI conta com a participação ativa de representantes das áreas de contabilidade, investimento, ambiente, direitos humanos, investigação e organizações do trabalho de várias partes do mundo.

O relatório *Global Reporting Initiative* (GRI) é formado por um conjunto de princípios e indicadores de ordem econômica, social e ambiental com ênfase na transparência, na qualidade e confiabilidade das informações divulgadas. O seu objetivo é adotar um modelo-padrão internacional. Sua missão consiste em aumentar e difundir globalmente as diretrizes mais adequadas à elaboração de relatórios de sustentabilidade. Estas diretrizes são de uso voluntário para as organizações que desejam expor para além dos aspectos financeiros das suas atividades, produtos e serviços, e também as extensões sociais e ambientais. (GODOY, 2007)

A partir de 2008, o Brasil passou a adotar as Normas Internacionais de Contabilidade, chamada de IFRS (*International Financial Reporting Standards*), quando foi promulgada a lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, fazendo com que o país se inserisse ao meio da contabilidade internacional da mesma forma e com os mesmos meios aceitos em todo o mundo, assim facilitando sua comparabilidade (GODOY, 2007).

Para de tornar uma empresa mais transparente e seus resultados comparáveis no mercado, o padrão de contabilidade IFRS, a ser adotado no Brasil obrigatoriamente em 2010, pode reduzir os custos de capital de uma companhia”. Dados os pontos positivos e negativos, a afirmação de Carvalho (2009) está baseada, conforme posteriormente afirmou, no fato de que a transição ao padrão IFRS acaba por afetar a transparência das informações, reduzindo o custo de capital, o que se torna uma vantagem fundamental para as corporações.

Rocha e Rocha (2012) citam que para proporcionar a uniformidade na elaboração das demonstrações contábeis, o IASB (*International Accounting Standards Board*) passou a emitir IFRS (*International Financial Reporting Standards*), iniciando a convergência para uma só regra contábil no mundo todo. No Brasil, com a promulgação da Lei no. 11.638/2007 teve início o processo de convergência das NBC-T Normas Brasileiras de Contabilidade às diretrizes da norma contábil internacional (IFRS). Para executar essa convergência, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução no. 1.055/2005, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), amplamente utilizados. Esse comitê objetiva estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, baseados em procedimentos de contabilidade internacional para emissão de normas no sentido de facilitar a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais, facilitando e criando meios para que isso aconteça.

Para Carvalho (2009) entre os objetivos da Lei 11.638/2007, além de alterar artigos da lei nº 6.404/1976 para atualizá-la ao novo mundo de negócios globais, deve ser ressaltado o objetivo de proporcionar maior transparência às atividades empresariais. Esse novo aspecto da contabilidade, fortaleceu e evidenciou o cunho social das empresas, a responsabilidade social perante a sociedade, pretende-se com esse estudo verificar se a adesão de práticas sociais por meio da apresentação do BS (Balanço Social) e Relatórios de Sustentabilidade, evidenciando

a relação entre indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas de capital aberto do ramo de papel celulose listadas na Bmf&Bovespa.

Para suprir a carência que de fato existem de instrumentos eficientes para avaliar o desempenho de empresas no que se refere cunho social das mesmas, tem sido o Balanço Social o principal meio utilizado para que as empresas demonstrem seu papel social perante a sociedade, seus investimentos em cultura, meio ambiente, funcionários, evidenciando-o através das mídias, internet, jornais. O presente trabalho pretende responder a seguinte indagação: **Qual a relação entre os indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas do segmento de Papel Celulose listadas na BM&F-BOVESPA?**

O objetivo geral é analisar se a relação entre os indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas do setor de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA. Segundo dados da Bracelpa (2014), a produção brasileira de celulose, em 2013, cresceu 8,2% e a de papel 1,8%, em relação a 2012. No ano, foram produzidos 15,1 milhões de toneladas de celulose e 10,4 milhões de toneladas de papel. As exportações do segmento de celulose e papel totalizaram US\$ 7,2 bilhões, o que representou um aumento de 7,5% sobre o montante exportado em 2012. Em termos físicos, as exportações totalizaram 9,4 milhões de toneladas de celulose e 1,9 milhão de toneladas de papel.

Assim, o estudo contribui com as pesquisas em finanças corporativas ao discutir a influência da divulgação de informações voluntárias no desempenho das empresas brasileiras que compõem um setor importante da pauta de exportações do país que inevitavelmente sofreu as consequências da falta de liquidez da economia internacional.

2 Fundamentação Teórica

Nesta seção são apresentados os conceitos teóricos que fundamentam a pesquisa e versam sobre Responsabilidade Social, Balanço Social, Modelo GRI, Setor de papel e celulose.

2.1 Responsabilidades Social

A responsabilidade social empresarial é a atuação social da empresa, ela perpassa por todos os níveis organizacionais, da estratégia até a operação, a mesma procura dar a empresa um caráter mais humano e altruísta, que tenha interesses maiores. Adotando esta nova forma de pensar e agir, as organizações estão buscando dar a sua contribuição para a sociedade (ALESSIO, 2008).

Gomes e Moreti (2007) compreendem quatro esferas de atuação da responsabilidade social:

- 1) Responsabilidade legal: que é o cumprimento de todas as normas, leis, enfim, o arcabouço jurídico que está em vigor em um determinado estado.
- 2) Responsabilidade ética: comportamento aceitável com relação as *stakeholders*, a empresa deve ir além do ser simplesmente o que a lei a regulamenta e conseguir proporcionar informações adicionais aos interessados na companhia.
- 3) Responsabilidade econômica: caracterizada com a produção de bens e serviços a comunidade, gerando assim empregos e renda aos mesmos.
- 4) Responsabilidade Filantrópica: refere-se a parcela de contribuições feitas pelas empresas a institutos, ONG's que se preocupem com a qualidade de vida e bem estar da sociedade e do meio ambiente, pode-se dizer que a filantropia caracteriza-

se como uma vantagem competitiva, principalmente com o uso da mesma no marketing social.

A sociedade brasileira tem criado expectativas crescentes em relação ao papel que as empresas ocupam no processo de desenvolvimento: sejam agentes de uma nova cultura, atores de mudança social e construtores de uma sociedade melhor (LOURENÇO ; SCHRODER, 2003).

Uma empresa socialmente responsável não limita-se apenas a respeitar os direitos dos trabalhadores, que estão consolidados na legislação trabalhista e nos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), deve ela ir além de investir no desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados, também na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento e no estreitamento de suas relações com o funcionário (ETHOS 2007).

Pesquisas como a de Borger (2001) demonstram que a responsabilidade não é uma restrição à maximização de lucros, mas uma variável de valor estratégico empresarial. Portanto, dentre as novas concepções, pode-se citar a idéia de que a atuação das empresas orientadas para Responsabilidade Social Empresarial (RSE) não implica que a gestão empresarial abandone os seus objetivos econômicos e deixe de atender aos interesses de seus proprietários e acionistas. A gestão das organizações torna-se responsável pelos efeitos de suas operações e atividades na sociedade..

Através dessas definições entende-se para o referido estudo que Responsabilidade Social é a construção de um caminho pautado no tripé social, econômico e ambiental, conduzido por um relacionamento coerente e sustentável com os diversos setores da sociedade , representando a ótica da racionalidade social, que não elimina, nem substitui a perspectiva econômica das empresas.

2.2 Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade

O Balanço Social é uma demonstração não obrigatória por parte da maioria das empresas, mas com o advento da lei. 11.638/2007, ele passou a ser uma demonstração obrigatória para empresas de Capital Aberto.

Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental são outros nomes utilizados pelas organizações, especialistas e acadêmicos para designar o material informativo sobre a situação da organização em relação a questões sociais e ambientais. (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Flores e Pinto (2007), o Balanço Social é uma demonstração que foi criada com o objetivo de vir a tornar publico a responsabilidade social das empresas, tal instrumento vem sendo cada vez mais discutido, e serve para fornecer dados aos usuários da informações contábeis, quanto as politicas internas voltadas ao social, qualidade de vida na organização, sobre formação e distribuição de riquezas, sua postura com relação ao ambiente e sua postura em relação a contribuições espontâneas a comunidade.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 32),

Balanço social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.

O Balanço Social tem como o principal objetivo mostrar à sociedade a atuação socialmente responsável da empresa, uma vez que, as ações desenvolvidas em prol da melhoria da sociedade e do meio ambiente ajudam instigar a valorização da cidadania corporativa acarretando no estreitamento da relação da empresa. (KROETZ 2001)

Para Kroetz (2001), a elaboração do Balanço Social é adotada por muitas empresas, e esse número vem crescendo por vários motivos, dentre eles: tornar público o planejamento e execução das ações socioambientais realizadas pela empresa; demonstrar a colaboração da empresa em prol da melhoria da qualidade de vida dos funcionários; mostrar os dispêndios destinados ao desenvolvimento de pesquisa e tecnologia; construção de uma espécie de banco de dados com informações que auxiliem na tomada de decisão interna sobre as áreas carentes de investimento.

A publicação de um balanço social oferece uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade. A proposta é de que o relatório contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental. (ETHOS, 2009)

No Brasil as empresas costumam adotar três modelos de Balanço Social propostos pelo: Instituto ETHOS, IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), GRI (*Global Reporting Initiative* ou, traduzindo, Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios). Esse último é fundamentado no do GRI, mas ajustado à realidade brasileira. GODOY (2007)

2.3 Modelo GRI

O modelo proposto pela GRI apresenta importantes contribuições, oferecendo uma informação abrangente, não orientada para o gerenciamento da imagem corporativa, e, por ser um modelo consolidado internacionalmente, oferece as bases para uma maior comparabilidade das informações. A GRI representa um grande esforço para a harmonização das informações, o que traz maior valor ao relatório.

A GRI foi criada em 1997 pela CERES – *Coalition for Environmentally Responsible* – em conjunto com a UNEP – *United Nation's Environment Programme* (RAAR, 2002, p. 170), com o “objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade” (GRI, 2006, p. I).

Em março de 1999, surgiu um esboço das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes)” (RAAR, 2002, p. 170). Essa primeira versão ainda foi aperfeiçoada após as sugestões das partes interessadas, tendo a GRI lançado sua segunda versão em junho de 2002 (MASSIE, 2001, p. 60). Em outubro de 2006, foi lançada a terceira geração das diretrizes (GRI, 2006a).

Todo esse esforço é realizado para que a GRI possa concretizar a missão de “desenvolver e divulgar as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade, de aplicabilidade global” (GRI, 2006, p. 2), e estabelecer princípios amplamente adotados para que se possa promover uma harmonização internacional deste tipo de relatório.

O resultado de todo o trabalho conduzido pela GRI se configura nas suas Diretrizes. Estas são como um guia na elaboração de relatórios sobre o desempenho das empresas no âmbito econômico, social e ambiental (chamado de *triple bottom line* – resultado triplo), sendo estes os alicerces da sustentabilidade, conforme afirmam Veleza et al (2003, p. 112).

A GRI (2006, p. 13) define que, para que um relatório seja considerado “de acordo com” as Diretrizes, precisa atender aos seguintes requisitos:

1. Prestar todas as informações requeridas nas seções 1 a 5 da Parte C (respectivamente: Visão e Estratégia, Perfil, Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão, Sumário de Conteúdo da GRI e Indicadores de Desempenho Econômico, Ambiental e Social);
2. Seguir os princípios estabelecidos na Parte B das Diretrizes;
3. Apresentar a declaração padrão definida pela GRI, assinada pelo Conselho ou pelo diretor-presidente, onde estes afirmam que o relatório foi elaborado “de acordo com” as Diretrizes e que apresenta um balanço equilibrado e correto do desempenho econômico, ambiental e social da organização. Ainda deve ser frisado que, se a empresa optar por elaborar um relatório “de acordo com”, deve justificar a não divulgação de qualquer indicador considerado essencial pela GRI (GRI, 2006, p. 14).

Apesar das vantagens oferecidas pelo modelo, Dias (2006) aponta um risco nos relatórios emitidos usando indicadores do GRI: a possibilidade de haver um descompasso entre o que o modelo solicita e o que é efetivamente publicado.

O Relatório de Sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. O modelo de relatório da *Global Reporting Initiative* (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido.

A GRI foi criada em 1997 pela CERES – *Coalition for Environmentally Responsible* – em conjunto com a UNEP – *United Nation’s Environment Programme* (RAAR, 2002, p. 170), com o “objetivo de melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade” (GRI, 2006, p. 1).

Em março de 1999, surgiu um esboço das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (Diretrizes)” (RAAR, 2002, p. 170). Essa primeira versão ainda foi aperfeiçoada após as sugestões das partes interessadas, tendo a GRI lançado sua segunda versão em junho de 2002 (MASSIE, 2001, p. 60). Em outubro de 2006, foi lançada a terceira geração das diretrizes (GRI, 2006).

O relatório de sustentabilidade, baseado nas diretrizes do GRI, divulga os resultados obtidos dentro de determinado período. A elaboração do relatório se baseia nas diretrizes que se encontram estruturadas em duas partes (GRI, 2006). Na primeira parte deve haver: a definição de conteúdo, qualidade e limite de relatório, que incluem a definição do conteúdo do relatório, princípios para assegurar a qualidade do relatório e orientações para o estabelecimento do limite do relatório.

Já na segunda parte deve constar: o conteúdo do relatório, onde consta o perfil da empresa, desempenho econômico, ambiental, e social, práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto (GRI, 2006). Há três níveis de aplicação, intitulados A, B e C, a organização deverá auto declarar a qual nível de aplicação da estrutura de relatórios do GRI pertence. Uma organização pode contar com um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, A+, B+, C+), caso tenha sido utilizada verificação externa (GRI, 2006).

A GRI (2006, p. 13) define que, para que um relatório seja considerada “de acordo com” as Diretrizes, precisa atender aos seguintes requisitos: 1) prestar todas as informações requeridas nas seções 1 a 5 da Parte C (respectivamente: Visão e Estratégia, Perfil, Estrutura de Governança e Sistemas de Gestão, Sumário de Conteúdo da GRI e Indicadores de Desempenho Econômico, Ambiental e Social); 2) seguir os princípios estabelecidos na Parte B das Diretrizes; e 3) apresentar a declaração padrão definida pela GRI, assinada pelo Conselho ou pelo diretor-presidente, onde estes afirmam que o relatório foi elaborado “de

acordo com” as Diretrizes e que apresenta um balanço equilibrado e correto do desempenho econômico, ambiental e social da organização. Ainda deve ser frisado que, se a empresa optar por elaborar um relatório “de acordo com”, deve justificar a não divulgação de qualquer indicador considerado essencial pela GRI (GRI, 2006, p. 14).

2.4 Setor de papel e celulose

Denomina-se setor de celulose e papel o conjunto formado pelas seguintes indústrias: de celulose, de papéis e de artefatos de papéis. Essas três indústrias em conjunto e mais as florestas, a indústria de editoração e gráfica e ainda os segmentos distribuidores vinculados àquelas indústrias que constituem a cadeia produtiva da celulose e papel.

No Brasil, o setor de papel e celulose possui um cenário de grande destaque na economia, apresentando crescimento médio anual de 7,1% (celulose) e 5,4% (papel). Em escala mundial, a produção de papel e celulose ocupa o 9º e 4º lugar respectivamente. O setor é responsável por 128 mil empregos diretos e 640 mil indiretos, conta com 220 empresas atuantes em 540 municípios localizados em 18 estados. O Brasil possui 2,2 milhões de hectares de florestas plantadas para fins industriais, destacando-se os estados da Bahia e de São Paulo, que juntos correspondem a mais de 850 mil hectares (BRACELPA, 2013). As florestas plantadas contribuem de forma a mitigar a emissão de gases decorrentes das etapas de produção, absorvendo três vezes mais gases do que o gerado durante o processo produtivo (BRACELPA, 2010). As empresas do setor vêm substituindo a energia fóssil por renovável, como a biomassa, reduzindo o consumo de energia nos processos de produção. Para minimização dos impactos ambientais, o setor busca a redução e reutilização dos insumos, assim como o reuso de resíduos para proteção do solo e reciclagem de materiais. No ano de 2010, 45% do papel que entrou no mercado brasileiro foi reciclado (BRACELPA, 2010).

O setor de celulose e papel tem grande importância na pauta das exportações brasileiras, sendo que, nos últimos anos, esse setor intensificou as operações de comércio exterior, conquistando novos mercados, e manteve o saldo comercial positivo, o qual totalizou em 2010, segundo a Bracelpa (2010), US\$ 4,9 bilhões. Além disso, os investimentos no setor de celulose e papel, nos últimos dez anos, somaram US\$ 12 bilhões. Segundo a Bracelpa (2010), para cada emprego direto gerado no setor de celulose e papel, há cinco empregos indiretos criados em atividades vinculadas com esses produtos. (MONTEBELLO; BACHA, 2011)

Apesar de intimamente interligadas, as indústrias de celulose, de papéis e de artefatos de papéis têm configurações e evoluções distintas na economia brasileira. Esses aspectos devem ser considerados ao se avaliarem os impactos de políticas macroeconômicas, ao se planejarem políticas setoriais para o setor e ao se decidir sobre estratégias empresariais de expansão das indústrias no setor de celulose e papel no Brasil. (MONTEBELLO; BACHA, 2011)

3 Metodologia de Pesquisa

O presente trabalho, quanto aos objetivos se enquadra como uma pesquisa descritiva, uma vez que buscar analisar e descrever a relação entre dos indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas do segmento de Papel Celulose listadas na BM&F BOVESPA.

Para Beuren (2008 p.81):

Inferem-se do exposto que a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre pesquisa exploratória os aspectos a explicativa, ou seja, não é

tão preliminar como a primeira e nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Quanto aos procedimentos a presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois foi “desenvolvida com base em material já elaborado, proveniente principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 69), bem como de materiais provenientes da *internet* para sua realização, e também como pesquisa documental. Segundo Beuren (2008, p.89) pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Cervo e Bervian (1983, p.55) caracteriza pesquisa bibliográfica como sendo a que:

[...] explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Para a presente pesquisa serão utilizados, livros, artigos e materiais provenientes da *internet* que serão utilizados para identificar e analisar a relação dos indicadores sóciais com a rentabilidade da empresa. A presente pesquisa caracteriza quanto a abordagem do problema como quantitativa. A abordagem da pesquisa quantitativa, diferentemente da pesquisa qualitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamentodos dados, não é um procedimento tão profundo na busca do conhecimento da realidade de fenômeno.

A seleção da amostra foi realizada de forma não probabilística e por conveniência. O conjunto de firmas empregado na amostra está restrito às empresas brasileiras de capital aberto do segmento de papel e celulose que apresentam as variáveis do modelo GRI, no período de 2009 a 2012, totalizando 4 anos. A amostra final compreende 2 empresas, conforme a Tabela 1.

Nº	RAZÃO SOCIAL	NOME DE	ANO DE
1	SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.	SUZANO PAPEL	1924
2	FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA	1968

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 1 – Amostra da pesquisa

Para realização do referido projeto serão coletados dados do site da BM&F BOVESPA e dos sites das empresas do segmento de papel celulose de capital aberto Fibria Celulose S.A. e Suzano S.A, e serão tratados de forma descritiva e estatística. A estatística é um conjunto de técnicas que permite, de forma sistemática, organizar, descrever, analisar e interpretar dados oriundos de estudos ou experimentos, realizados em qualquer área do conhecimento.

Como *proxy* para a rentabilidade da empresa, empregou-se o indicador de retorno sobre o ativo (ROA). Para mensurar o ROA das empresas considerou-se a razão entre o lucro líquido do exercício pelo total de ativos da empresa.

$$ROA = \frac{LL}{TA}$$

Em que;

ROA = Retorno sobre o ativo;

LL = Lucro líquido; e

AT = Ativos totais

Para identificar os indicadores do modelo GRI empregou-se a razão do nível de evidenciação das informações pelo total de informações sugerido. A priori constituiu-se um percentual para cada tipo de indicador (econômico, ambiental e social), porém, para atender ao objetivo da pesquisa, foi realizado uma média entre os escores evidenciados, constituindo assim, um indicador de evidenciação do modelo.

4 Apresentação e Análise de Resultados

Identificadas as variáveis utilizadas no estudo, optou-se por dividi-las em níveis para operacionalizar a Análise de Correspondência Múltipla (Homals). Para essa segregação adotou-se a divisão por quartis. Assim, a variável de rentabilidade recebeu notas de 1 a 3, de acordo com o intervalo de dados divididos, ficando classificada como: Grau 1 – Baixo; Grau 2 – Médio e Grau 3 – Alto.

A variável do modelo GRI, também, foi dividida por quartis, recebendo notas de 1 a 3, ficando classificada por nível de dívida como: Grau 1 – Baixo; Grau 2 – Médio; Grau 3 – Alto.

		Rentabilidade			Total
		Baixa	Média	Alta	
Nível de evidenciação - GRI	Baixo	0	0	2	2
	Médio	0	1	1	2
	Alto	2	1	1	4
Total		2	2	4	8

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 2 - Contingência do Nível de evidenciação (GRI) X Rentabilidade

Verifica-se, na Tabela 2, o nível de evidenciação (GRI) em relação a rentabilidade das empresas. A estatística χ^2 (Qui-Quadrado) para o teste foi de 0,092, significativa a 10%. Assim, o resultado do teste χ^2 rejeita-se a hipótese nula de existência de uma relação entre as variáveis. Premissa para a utilização da técnica de correspondência múltipla.

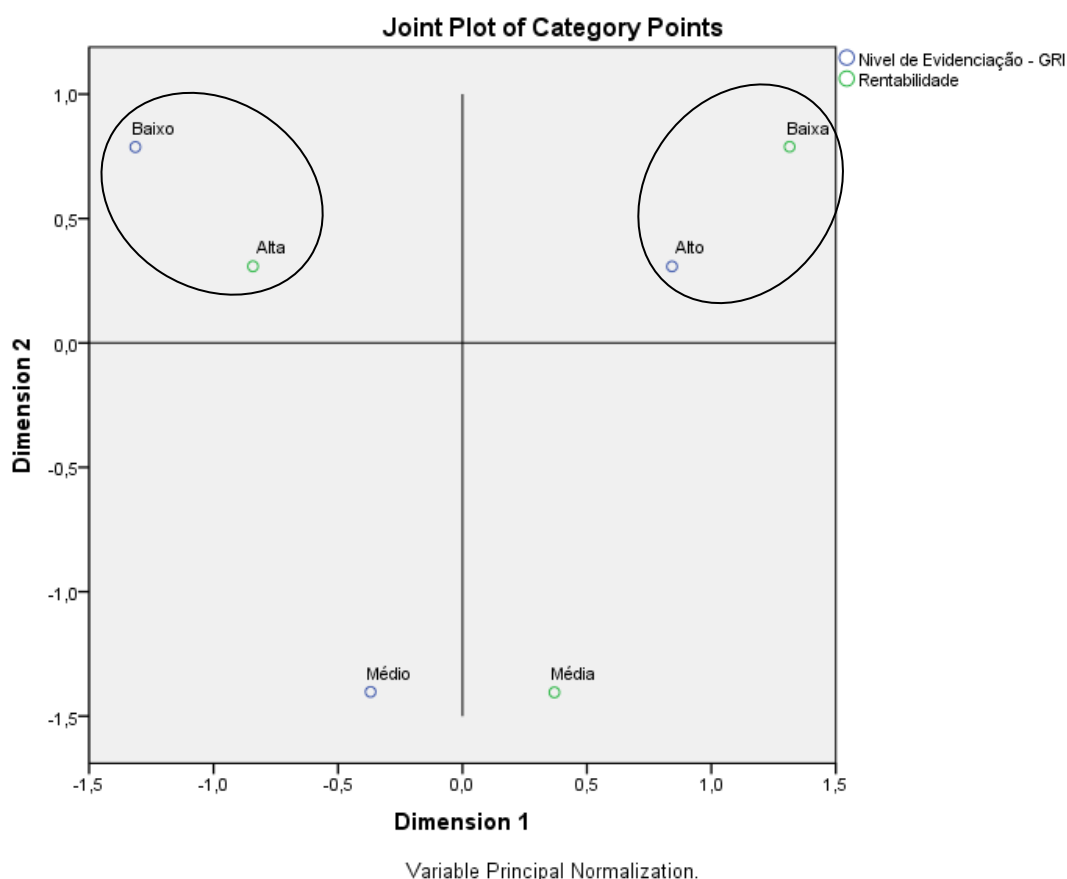


Figura 1 - Mapa Perceptual do nível de Evidenciação (GRI) em relação a rentabilidade
Fonte: dados da pesquisa.

Na Figura 1, pode-se perceber a distribuição dos níveis de evidenciação provenientes do modelo GRI em relação a rentabilidade das empresas. A priori, nota-se que as empresas do setor de papel e celulose que apresentam maiores rentabilidades “Alta” também evidenciam os piores (Baixo) níveis de evidenciação socioambientais. O que inicialmente é contrário a senso comum, porém, isso pode ser explicado pela tentativa das empresas minimizarem baixos lucros, ou seja, uma vez que a empresa apresentaria menores lucros tenderia a enfatizar mais as informações voluntárias. Portanto, embora o estudo esteja lançando seus primeiros resultados, inicialmente, percebe-se que há uma tendencia das empresas em melhorarem a qualidade da informação voluntária quando seus resultados estão abaixo do esperado.

5 Conclusões

O objetivo da presente pesquisa consistiu se a relação entre os indicadores do modelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e a rentabilidade das empresas do setor de papel e celulose listadas na BM&FBovespa durante os anos de 2009 a 2012.

Os resultados preliminares sugerem que as empresas do segmento de papel e celulose apresentam uma tendencia a apresentar melhores resultados quando o nível de evidenciação é menor, sugerindo, que as empresas podem estar utilizando essa divulgação voluntária como forma de minimizar efeitos de baixos resultados.

Ressalta-se que os resultados obtidos estão limitados as empresas brasileiras de capital aberto do segmento de papel e celulose analisadas. As limitações estão relacionadas, também, aos indicadores selecionados, bem como à exatidão das informações disponibilizadas pelo *website*

da Bolsa de Valores de São Paulo. Como contribuição para trabalhos futuros, sugere-se a utilização de uma amostra maior de dados, a fim de tentar proporcionar indícios mais concretos da relação entre os indicadores do modelo GRI e o desempenho das entidades.

Referências

ALESSIO, Rosemeri; *Responsabilidade Social das Empresas no Brasil: Reprodução de postura ou novos rumos?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL - BRACELPA. *Dados do setor*. Disponível em: (<http://bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/estatisticas/booklet.pdf>) . Acesso em: 10/08 2014.

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BORGER, Fernanda G. *Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.(2001).

CARVALHO, Fernanda de Medeiros. *Análise da utilização dos indicadores essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de empresas latino-americanas*. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – FACC/UFRJ, Rio de Janeiro.

CERVO, A.L. BERVIAN, P. A. SILVA, R. DA. *Metodologia Científica*: 6ª Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva. *Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FACC/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006

FLORES, Segismundo. PINTO, Éder P. *O Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado como instrumentos de informação para elaboração do planejamento estratégico*. Revista de Negócios, 2007. Disponível em: (proxy.furb.br/ojs/index.php/rn/article/viewArticle/328). Acesso: 05/06/2014.

GIL, Antonio Carlos, *Métodos e técnicas de pesquisa social* .6. ed. - São Paulo : Atlas,2008.

GODOY, M. et al. *Balanço Social: Convergências e divergências entre os modelos do IBASE, GRI e Instituto ETHOS*. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. (2007)

GOMES, Adriano; Sergio Moreti. *A Responsabilidade e o Social: uma discussão sobre o papel das empresas*. São Paulo: Saraíva, 2007.

GRI, Global Reporting Initiative. *Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade*. Traduzido por: Fabio Feldman, Christopher Wells, Carmen Weingrill, Instituto Ehtos. Disponível em: (<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/view/113/113>). Acesso em: 16/06/2015.

INSTITUTO ETHOS. *Guia para elaboração do balanço social e relatório de sustentabilidade*. São Paulo, 2007. Disponível em: (<http://www3.ethos.org.br/cedoc/guia-de-elaboracao-do-balanco-social-versao-2007/>). Acesso em: 23/04/2014

KROETZ, Cesar Eduardo Esteves. *Balanço Social: teoria e Pratica*. São Paulo: Atlas, 2001.

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRÖDER, Deborah de Souza. *Vale investir em responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas*. In: Responsabilidade social das empresas. São Paulo: Peirópolis, 2003. Cap. 3, p. 77-120.

MASSIE, Robert Kinloch. *Reporting on sustainability: A global initiative*. Organisation for Economic Cooperation and Development – The OECD Observer, Summer 2001.

MONTEBELO, A. E. S.; BACHA, Carlos José Caetano. *O setor de celulose e papel na economia brasileira. O Papel*, v. 72, n. 4, p. 47-50, 2011. Disponível em : (http://www.revistaopapel.org.br/noticiaanexos/1359376212_a6276749358ba36fa276b9509b02b478_901527006.pdf) acesso em 24/09/2014

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Empresas na Sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RAAR, Jean. *Environmental initiatives: Towards triple-bottom line reporting*. Corporate Communications, 7 (3): 169, 2002.

ROCHA, C. A; ROCHA, A. *Contabilidade de custos: manual de implantação*. São Paulo: IOB, 2012.

VELEVA, Vesela et al. *Indicators for measuring environmental sustainability: A case study of the pharmaceutical industry*. Benchmarking-ABI/INFORM, 10 (2): 107, 2003.